

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (CURITIBA/2020).



Alexandra Padilha Bueno¹; Helen Caroline Schwalenberg de Souza²; Jaqueline Schwalenberg de Souza²; Tainara Fernanda da Silva².

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); ²Unifacear – Centro Universitário.

RESUMO

O presente artigo teve como intenção investigar e compreender como ocorreu a organização e aplicação do Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) de Curitiba, durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Teve-se como objetivo geral: investigar e compreender como se deu a implementação do Ensino Remoto Emergencial na capital paranaense. Foram elencados os seguintes objetivos específicos: conhecer e refletir sobre os conceitos de Infância, da Educação Infantil e do Ensino Remoto Emergencial; buscar base documental e legislativa acerca do que é e como funcionou e funciona o Ensino Remoto Emergencial. Tem-se a percepção de que o período de ensino remoto foi prejudicial ao desenvolvimento geral das crianças, contudo percebe-se também que houve por parte Município de Curitiba um esforço de organização para organização no contexto pandêmico, assegurando apoio alimentar e pedagógico para as famílias, disponibilizando aulas online, pela TV aberta e com atividades impressas entregues aos responsáveis pelas crianças, numa tentativa de minimizar as implicações desta modalidade de ensino na vida dos pequenos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ensino Remoto; Pandemia Covid-19.

ABSTRACT

This article aimed to investigate and understand how the organization and application of emergency remote teaching in Early Childhood Education in the Municipal Child Education Centers (CMEIS) of Curitiba occurred during the Covid-19 pandemic in 2020. The general objective was: investigate and understand how the implementation of emergency remote teaching in the capital of Paraná took place. The following specific objectives were listed: knowing and reflecting on the concepts of Childhood, Early Childhood Education and Emergency Remote Teaching; seek documental and legislative basis about what is and how emergency remote teaching works and works. There is a perception that the period of remote education was harmful to the general development of children, however it is also clear that the Municipality of Curitiba made an organizational effort to organize in the pandemic context, ensuring food and educational support for families, providing online classes, through open TV and with printed activities delivered to those responsible for the children, in an attempt to minimize the implications of this teaching modality in the lives of the little ones.

Key Words: Child education; Remote Teaching; Covid-19 pandemic.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido por uma pandemia de Covid-19 que devido ao seu alto grau de contágio, levou ao fechamento de comércios e escolas, visto que, o isolamento social se tornou uma condição para minimizar o alcance da contaminação por essa doença, fazendo com que as instituições de ensino modificassem o ensino presencial em um sistema de ensino de atividades remotas emergenciais. Diante desse contexto, a presente pesquisa elencou como tema norteador o Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil em Curitiba durante a pandemia de Covid-19 em 2020.

O presente artigo tem como problema central: compreender como o ensino remoto foi organizado e desenvolvido na Educação Infantil dos CMEIS de Curitiba em 2020 durante a pandemia do Covid-19.

Para responder a este problema, ao longo deste artigo, tivemos como objetivo geral: investigar e compreender como se deu a implementação do ensino remoto na Educação Infantil dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Curitiba durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Nossos os objetivos específicos foram: conhecer refletir sobre os conceitos de infância e de Educação Infantil; conhecer o que a literaturado campo define como Ensino Remoto Emergencial a partir dos documentos oficiais emanados pela Secretaria da Educação, entender como ocorreu à organização do Ensino Remoto Emergencial nos CMEIs de Curitiba no ano de 2020.

O presente trabalho teve como principal motivação a conjuntura do surgimento da pandemia do Covid-19 e seus impactos no âmbito educacional, as autoras buscaram aprofundar no tema e compreender como o ensino híbrido foi desenvolvido no ano de 2020 no contexto Educação Infantil em Curitiba.

Neste sentido, buscou-se investigar e apresentar a maneira como a Prefeitura Municipal de Curitiba organizou o Ensino Remoto Emergencial no intuito de desenvolver o processo pedagógico na Educação Infantil. Diante das dificuldades enfrentadas por todos, a pesquisa tem importância para o campo social e educacional, pois contribui para refletir sobre como se deu as propostas de ensino dentro da modalidade de Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, fornecendo subsídios para refletir sobre essa realidade ocorrida durante este período e

mostrar os limites e possibilidades impostos às instituições escolares pela condição pandêmica.

Entre as questões pedagógicas que sofreram modificações nesse contexto, podemos citar a interação presencial e direta entre professores e crianças, que foi rompida pelo contexto do isolamento social. É preciso levar em conta, entretanto, que o Ensino Remoto Emergencial, foi considerado como alternativa para o não cancelamento do ano letivo e condição para minimizar o atraso acadêmico e as dificuldades de aprendizagem dos estudantes e o desenvolvimento das crianças quando do retorno às aulas presenciais em todas as instituições educativas. É importante destacar que para que fosse possível essa redução de danos, foi necessária uma parceria entre as instituições de ensino, famílias e comunidade escolar.

Desta forma, entendemos que a presente contribuição é importante para o campo da educação contemporânea por apresentar as dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas pelos CMEIs para a adaptação a modalidade do Ensino Remoto Emergencial, refletindo sobre os desafios enfrentados por famílias e instituições educativas, estratégias para desacelerar a defasagem e a relevância da manutenção das atividades remotas no cenário atual da pandemia de Covid-19 para as instituições de ensino e para o processo educativo das crianças.

2. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CURITIBA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A partir de março de 2020, com o advento da pandemia de Covid-19, medidas emergenciais para contenção do contágio da doença tais como medidas de isolamento social, precisaram ser tomadas, entre elas, o fechamento de instituições de ensino no mundo inteiro.

Em 17 de março de 2020, com a portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se posicionou sobre o fechamento das escolas e a adaptação das aulas presenciais para aulas remotas emergenciais¹, utilizando meios digitais e impressos durante a pandemia em

¹ Ensino Remoto Emergencial foi o termo escolhido para nomear a organização pedagógica alternativa desenvolvida ao longo da duração da pandemia de COVID-19, ele substituiu as aulas presenciais por aulas em meios digitais e atividades impressas entregues ao longo do ano letivo para as famílias em datas previstas em calendário letivo.

curso. Com o objetivo de apoiar e legalizar o ensino remoto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou um parecer favorável ao Ensino Remoto Emergencial em 28 de abril de 2020, autorizando a reorganização do calendário escolar, o qual foi homologado pelo Ministério da Educação em parecer de 29 de maio de 2020.

Embora a modalidade de Ensino Remoto Emergencial tenha sido autorizada e regulamentada pelo MEC, nenhuma instituição pública ou privada estava preparada para implementá-la, por isso, foram necessárias adaptações oriundas de todos que compõem a comunidade escolar: professores, familiares e até mesmo das crianças. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) se tornou essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Neste contexto, as desigualdades sociais e escolares presentes em nosso país ficaram mais evidentes e apresentaram grandes desafios para a continuidade do sistema remoto emergencial (MAGALHÃES, 2020).

Cordeiro (2020), afirma que reaprender a como ensinar e aprender foram e são desafios em meio a pandemia, sobretudo, em meio ao isolamento social, que fez com que os profissionais da educação precisassem se reinventar, ministrando suas aulas de forma diferente do que estavam acostumados presencialmente e os estudantes precisaram construir novas maneiras de aprender sem o caloroso contato dos professores e professoras:

De forma emergencial e com pouco tempo de planejamento e discussão (o que levaria meses em situação normal, professores e gestores escolares, público e privado, da educação básica a superior, tiveram que adaptar *in real time* (em tempo real) o currículo, atividades, conteúdos e aulas como um todo, que foram projetadas para uma experiência pessoal e presencial (mesmo que semipresencial), e transformá-las em um Ensino Remoto Emergencial totalmente experimental. (CORDEIRO, 2020, p. 7.).

As mudanças ocorridas a partir da pandemia no âmbito educacional, culminando no ensino remoto, nos mostraram desigualdades que até então eram invisibilizadas pelo modelo presencial de ensino, como a desigualdade social, tecnológica e econômica.

2.1 Infância

A infância deve ser compreendida como uma etapa fundamental da vida humana, nela a criança precisa ser vista como sujeito e não como um projeto futuro. Mesmo dependente, sem desenvolvimento completo da linguagem formal e ainda se descobrindo e construindo saberes, a criança é um sujeito pensante, completo e com direitos. Esta fase tem o brincar como fundamento para o desenvolvimento dos campos de experiências, os direitos de aprendizagem e objetivos de desenvolvimento.

Ao longo da história, durante um longo período, as crianças foram desconsideradas socialmente e ocupavam pouco ou nenhum espaço nas pesquisas e produções no campo da educação. Como fase ou etapa da vida, o conceito de infância varia em relação ao contexto histórico e social no qual é empregado. Do ponto de vista de sua origem, a palavra “infância” vem do latim *infantia*, que deriva do verbo *fan* (falante) e de sua negação *m*, ou seja, “aquele que ainda não fala”, mais do que a ausência da fala a palavra expressa a condição de um sujeito que ainda não pode falar. De acordo com Aries (2002), o “sentimento de infância foi construído socialmente no final da idade média, até então as crianças eram tratadas como “adultos em miniatura” e que necessitavam de cuidados básicos só até conseguirem executar tudo sozinhas”.

Conforme aponta Marcos Cezar de Freitas (2003),

no final do século XX a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa. Desde a nossa própria infância, quando se acreditava na inocência de diferentes graus da infância [...], ela ganhou uma autonomia da família, substituindo-a parcial ou completamente pela faixa etária (a turma ou o bando), ao ser atraída da casa para a rua, por força da luta pela sobrevivência nas grandes cidades, do encontro com a marginalidade social e com a morte prematura por desnutrição ou pela violência. (FREITAS, 2003, p. 19).

Ou seja, somente na era pós-industrial é que as crianças passaram a ser compreendidas com características próprias e necessidades, a fim de garantir o pleno desenvolvimento desses sujeitos. Esse período foi marcado pela construção de legislações passaram a proteger os direitos da infância.

2.1 Educação Infantil

Entende-se que a Educação Infantil é um período de extrema importância para a formação das crianças, ela garante o desenvolvimento seja intelectual, emocional, social e motor desses sujeitos. Segundo Kuhlmann (2003) podemos entender a Educação Infantil em um sentido bastante amplo onde engloba toda e qualquer forma de aprendizado da criança, seja na família, na comunidade, na sociedade ou na cultura em que viva.

O marco das conquistas sobre direitos das crianças no Brasil pode ser estabelecido à parte da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documentos nos quais a Educação Infantil se torna um direito garantido.

É a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 que o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, torna-se obrigatório e dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

No art.29. da LDB, a Educação Infantil é caracterizada como a primeira etapa da educação com objetivo de desenvolvimento da criança até cinco anos de idade em sua totalidade, complementando as ações da família e comunidade (p. 24).

Do ponto de vista legislativo no Brasil, esta fase de desenvolvimento é compreendida entre o nascimento e a adolescência que se dá por volta dos doze anos, onde existe uma subdivisão que denomina a primeira infância dos 0 aos 6 anos.

Ainda no que se refere a legislação existente no Brasil, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi criado em 1990, que estabelece as normativas para o Estado e para a sociedade na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Em relação as propostas curriculares para essa etapa de ensino, o documento mais recente no contexto da educação brasileira é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na BNCC encontramos orientações para que os profissionais da Educação Infantil busquem trabalhar com foco nos eixos estruturais, nos direitos de aprendizagem da criança e nos campos de experiência. Este documento também aponta que os eixos estruturais

sobre interagir e brincar são eficazes e norteadores para que a criança consolide sua aprendizagem a partir da brincadeira e da interação.

É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica fundamental e deve ser conduzida com olhar sensível e com a organização de atividades pedagógicas que assegurem o desenvolvimento integral da criança, ampliando seus conhecimentos de forma a contemplar todos os campos de experiência e os objetivos de aprendizagem.

Conforme apontado anteriormente, a legislação educacional brasileira considera que é dever de toda sociedade assegurar e garantir o desenvolvimento da melhor maneira possível a educação da infância, respeitando sua preferência e autonomia, sendo que as crianças precisam ser reconhecidas como membros da família e sujeitos de direitos. Historicamente, a Educação Infantil foi caracterizada por um olhar assistencialista, no qual ela era vista como um espaço de auxílio, cuidados e maternagem para com as crianças e um espaço no qual as mães trabalhadoras podiam deixar seus filhos e filhas. Com o passar do tempo, ocorreram algumas mudanças nas tendências educacionais e a Educação Infantil passou a ser entendida como um processo educacional, no qual o cuidar e o educar tornaram-se indissociáveis e no qual a criança tornou-se, não um vir a ser, mas um sujeito de sua aprendizagem.

Segundo Freire (1983, p.36), ao se tirar da criança a possibilidade de compreender o espaço da realidade, estamos excluindo-a da sua capacidade de construir seus conhecimentos, porque o fato de conhecer é tão importante quanto o ato de comer ou dormir.

Portanto, hoje ao considerarmos a Educação Infantil, é impossível separar cuidado e a educação, pois as duas caracterizam e constituem o eixo central do ambiente educacional nesta fase. Ao contrário do que alguns ainda acreditam, cuidado e educação não são auxiliares do processo de ensino separadamente, mas os dois se complementam e precisam estar integrados para melhor participarem na construção da educação integral e da autonomia das crianças.

As crianças precisam de cuidados básicos, incluindo alimentação adequada, acesso à hábitos de higiene, exercícios físicos, períodos de descanso e outras condições

que requerem atenção especial e formação adequada dos/as professores/as que trabalham com essa faixa etária.

É imprescindível que o/a profissional da Educação Infantil realize um trabalho educativo que o facilite e oriente na descoberta e construção da identidade da criança, e organize os conhecimentos necessários para constituir sua autonomia.

Para a Educação Infantil a BNCC (2017) estabelece seis direitos de aprendizagem, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Por meio deles as crianças aprendem em situações nas quais elas desempenham um papel protagonista em ambientes que lhes permitam desafios e que as leve a resolvê-los. Levando em consideração os direitos de aprendizagem, a BNCC (2017) estrutura para a Educação Infantil cinco campos de experiência.

Neste sentido, a BNCC (2017) entende que, na Educação Infantil, a escola “precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações” (s.p.). Dessa forma, a instituição cria oportunidades para a criança ampliar seu conhecimento de mundo, de modo a utilizá-los em seu cotidiano.

Conquanto a responsabilidade sobre o processo de educar a infância seja compartilhado com a família, o papel dos CMEIS em nossa sociedade é imprescindível pois estas instituições desempenham como função essencial o cuidar e educar nossas crianças, dedicando-se cerca de oito horas diárias a trabalhar com afeto e dedicação para garantir o desenvolvimento pedagógico daquela criança, seja através de cuidados, contato, interação e até mesmo através dos planejamentos de aulas que buscam através da ludicidade o desenvolvimento integral da criança, no âmbito social, educacional e pedagógico.

2.3 Ensino Remoto Emergencial

Conforme já mencionado neste trabalho, o ano de 2019 foi marcado pelo surgimento do COVID-19 na China. Com o rápido contágio de inúmeras pessoas ao redor do mundo e o aumento no número de casos chegando ao estágio de pandemia, que é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo a disseminação mundial

de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

Também como já abordado neste trabalho, em março de 2020 o Brasil registrou o primeiro caso documentado da doença em 17 de março de 2020, com a portaria nº 343, o MEC posicionou-se sobre o fechamento das escolas e desde então a Secretária de Saúde em conjunto com a Secretária de Educação do Paraná informaram e determinaram a partir do Decreto Estadual nº 4298 de 18 de março de 2020, o fechamento dos CMEIS e escolas, para conter a disseminação do vírus e evitar o colapso no sistema de saúde.

Por tanto, desde março de 2020 vivemos um momento de readequação em vários setores da sociedade, visto que a doença em questão possui um nível alto de contágio e isto impôs como premissa o isolamento social, com o consequente fechamento dos comércios e instituições de ensino, tornando-se tal ação uma decisão mundial. Embora estudos como os de Oliveira e Paiva (2020), apontem possíveis prejuízos pedagógicos que o distanciamento social poderá causar, levando os profissionais a alertarem as famílias a inadequação das atividades remotas, pois as mesmas não estavam previstas na legislação educacional, de tal modo que as redes de ensino se mobilizaram para se reorganizar e oferecer a garantia do cumprimento dos direitos das crianças, no que diz respeito à sua educação em tempos de pandemia.

As mudanças ocorridas no período de Ensino Remoto Emergencial, ocasionaram imprevistos e exigiram de gestores, professores e comunidade escolar, tranquilidade para lidar com as angústias e incertezas do contexto. Em relação ao trabalho desenvolvido pedagogicamente, o maior desafio foi garantir a participação das famílias neste processo, pois esta nova modalidade - Ensino Remoto Emergencial - mostrou-se um período muito difícil, momento de novas aprendizagens, em que os envolvidos no processo educativo foram desafiados a se reinventar porque precisavam utilizar as TIC's de uma nova maneira, produzindo videoaulas, projetos, orientações no formato online para as famílias sobre como desenvolver as atividades, visto que os familiares não são professores ou professoras e não estavam preparados para lidar com essa situação e se quer foram consultados sobre o que pensavam sobre o Ensino Remoto Emergencial e como iriam

desenvolver essas atividades, sendo quiçá, o único ponto positivo a aproximação das famílias com as crianças e o ganho sobre a valorização dos professores.

O Ensino Remoto Emergencial é uma proposta ampla na qual os estudantes não aprendem da mesma forma, desse modo se fez necessário compreender que a forma do professor ensinar, não pode ser a mesma para todos os alunos, dessa forma, o ensino híbrido está dentro desta concepção e as tecnologias hoje são as maiores aliadas no processo de ensino-aprendizagem, para que o aluno possa aprender da melhor maneira dentro das suas potencialidades. Em concordância com o que aponta BUENO (2021), entendemos que:

longe de ser uma conjuntura agradável e suave, tais circunstâncias geraram conflitos e discussões sobre a inevitável necessidade de colaboração entre essas duas esferas de socialização, bem como, debates sobre a importante contribuição das escolas para o desenvolvimento e formação das comunidades escolares. Foi então necessário desenvolver estratégias didáticas híbridas que ao longo do processo vivenciado, permitiram uma aproximação entre, a presença e a virtualidade, com a participação de professores/as comprometidos/as, ativos/as e os sujeitos da educação inseridos no contexto pandêmico com o seu desenvolvimento educacional, humanístico e artístico, respeitando sempre, a autonomia e capacidades dos estudantes. (BUENO, 2021, p. 90).

No que diz respeito a Educação Infantil foi um desafio para as instituições de ensino, familiares e para crianças enfrentarem esse cenário, e os CMEI"s fizeram uma série de ações para se adaptar a este novo momento e mais do que isso, manter o vínculo com as crianças, disponibilizando atividades enviadas pelos grupos de mensagem online, e-mails e até mesmo atividades impressas que foram entregues nas escolas para garantir o acesso a todos.

Na Educação Infantil, entendida como uma fase fundamental do desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos, tais como intelectual, emocional, social e motor, fase em que se pode englobar as modalidades educativas vividas pela criança na família e sociedade, a situação do Ensino Remoto para essa fase educativa foi bastante complexa.

As instituições de Educação Infantil têm uma relevância muito grande e nesse momento de pandemia as crianças precisaram ficar em casa. Por conta disso foi desenvolvido o ensino remoto, onde as instituições de Educação Infantil tiveram que se adaptar a uma realidade imposta pela Covid-19.

Diante disso, os Estados e os Municípios, por meio dos seus Conselhos de Educação, orientaram as instituições de ensino que reorganizaram o calendário escolar para o atendimento de forma virtual, um contexto que gerou a necessidade de um repensar sobre a educação formal e as instituições educativas, principalmente direcionadas a aprendizagem de crianças de zero a cinco anos que tem como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira.

Nesse contexto, o Parecer do CNE nº 5/2020 que orientou as atividades pedagógicas não presenciais em Curitiba, em razão da pandemia, surgiu que as instituições de Educação Infantil desenvolvessem materiais de orientações às famílias contendo atividades de caráter lúdico, criativo e interativo, para serem realizadas em casa com as crianças, desafiando as possibilidades da oferta do ensino infantil de forma remota, visto que a Educação Infantil visa proporcionar atividades que instiguem a criatividade e descobertas sociais e culturais, em que essa realidade vivenciada no espaço escolar difere das realidades do contexto doméstico.

Na sequência deste trabalho, discutem-se as percepções das pesquisadoras acerca das possíveis consequências do Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil nos CMEI"s de Curitiba, Paraná.

2.4 Resultados e discussões

A atualidade do tema escolhido por esta pesquisa, o Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil, trouxe como limitação um número reduzido de textos acadêmicos que tratassem de forma aprofundada das questões levantadas por este artigo. Contudo, observando quadro atual da Covid-19 no Brasil – novembro de 2021 - e sua relação com o formato adotado para a Educação Infantil neste contexto, podemos apontar algumas contribuições acerca dos limites e possibilidades desta realidade no contexto atual.

A primeira questão que levantamos, ainda na fundamentação teórica, diz respeito a importância da interação entre os sujeitos no percurso da Educação Infantil e na produção de saberes para essa faixa etária, uma vez que a construção dos conhecimentos desta etapa, como dito anteriormente, ocorre na e pela experiência e não na mediação por "telas", o que torna a experiência do ensino remoto para a Educação Infantil limitada.

Conquanto a experiência do ensino remoto na Educação Infantil tenha limitado a interação entre os sujeitos educativos, é possível sugerir que mesmo neste novo formato, que não ocorreu no mesmo espaço e tempo foi necessário aos professores e professoras que participaram deste processo desenvolver novos vínculos e fortalecer rotinas via mensagens online e constituir uma conexão permanente entre família, crianças, saberes e experiências, reestruturando práticas educativas no sentido de reinventar os processos pedagógicos para essa faixa etária.

Longe de ser uma experiência ideal, o cenário imposto pela pandemia, a improvisação do Ensino Remoto Emergencial, pode ter possibilitado que as crianças tivessem vivências, que priorizaram as experiências que as crianças, em geral, tiveram em família, mas que se assemelhavam àquelas vividas no contexto das instituições de Educação Infantil. Se a Base Nacional Comum Curricular, preconiza a ideia de que o ambiente institucional de aprendizagem para Educação Infantil deve estar voltado ao desenvolvimento de saberes “experienciados”, foi necessário, neste momento práticas que se voltaram a este tipo de conhecimento.

Compreendemos também que embora nem sempre as autoridades políticas tenham agido de forma coerente ou dentro na celeridade necessária para resolver do ponto de vista das políticas públicas às questões voltadas à Educação Infantil e suas especificidades, o Município de Curitiba, buscou por meio da entrega mensal dos kits de alimentação, garantir a segurança alimentar das crianças desde o início da pandemia, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 604, de 07 de maio de 2020 e que foi fornecido durante todo o ensino remoto. Conforme informações da Prefeitura, tem direito ao kit, todos os estudantes matriculados na rede de ensino e é composto por arroz, feijão, óleo, farinha de trigo, fubá, leite e hortifrutis.

Além das atividades impressas enviadas aos estudantes e crianças durante o Ensino Remoto Emergencial, a Prefeitura também ofereceu aulas online preparadas por sua equipe técnica e que eram disponibilizadas pelos canais das redes sociais do Município e também por alguns canais da TV aberta, bem como orientou seus professores e professoras no uso das TIC"s e no desenvolvimento pedagógico das atividades e encaminhamentos propostos.

No caso da Educação Infantil, embora ainda não tenhamos noção das perdas acadêmicas e do desenvolvimento geral das crianças que estiveram em casa neste período, pode-se afirmar que a parceria com as famílias e responsáveis teve um papel preponderante neste contexto e o papel de protagonismo da criança precisou ser preservado, neste sentido a organização pedagógica realizada pelos professores e professoras foi fundamental.

3. CONCLUSÕES

No decorrer deste artigo, foi possível observar os desafios que os professores e professoras da Educação Infantil vem enfrentando ao trabalhar por meio da mediação de telas com crianças pequenas, durante o processo do Ensino Remoto Emergencial em meio a pandemia de Covid-19.

No trabalho, não foi possível estar ou conversar com as famílias e responsáveis pelas crianças, para saber o qual a sua perspectiva desta experiência e como enfrentaram os desafios do Ensino Remoto Emergencial. Mas podemos expressar por nossas experiências como mães e profissionais de apoio vivenciamos as dificuldades que o Ensino Remoto ocasionou, fosse pelos entraves do acesso restrito a internet, pela grande demanda da rotina de trabalho, que não permitiram tempo dar o auxílio necessário e organizar uma rotina pedagógica para as crianças na realização das atividades, o desconhecimento dos processos pedagógicos e os saberes do campo da didática que foram enfrentados ao propor as atividades em casa. visto que, inúmeras famílias não têm formação para isso, e em alguns casos, não tem um grau de letramento suficiente para compreensão das atividades propostas, as diferenças sociais entre os sujeitos educativos e por consequência as dificuldades de acompanhar as aulas remotas, são só alguns dos problemas enfrentados durante esse processo.

Podemos supor, pelo que temos percebido no retorno presencial com ensino híbrido, que a Educação Infantil foi um setor muito prejudicado no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças, visto que para esta etapa a interação social é o alicerce da aprendizagem, junto disso é indispensável não mencionar a prontidão com que os professores e as professoras se apresentaram para auxiliar as famílias, adaptando

atividades, se doando, evoluindo, renovando e tentando ao máximo reduzir os impactos do ensino remoto no âmbito educacional dessas crianças.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Evania Guedes de.; LEITE, Kadygyda Lamara; FERREIRA, Lucas de Souza; FARIAS, Mariana Soares de. Ensino remoto e tecnologia: uma nova postura docente na educação pós-pandemia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68528>. Acesso em 18 nov. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Políticas Educacionais na Pandemia da Covid-19: O que o Brasil pode aprender com o resto do Mundo?**. 2020. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BLIKSTEIN, P. et al. **Como estudar em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/como-estudar-em-tempos-de-pandemia-24318249>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em Acesso em 21 março. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em 21 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: recomendações gerais. Brasília: MS/FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-gerais.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC orienta instituições sobre ensino durante pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/06/mec-orienta-instituicoes-sobre-ensino-durante-pandemia>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, Alexandra Padilha. Ressignificando práticas pedagógicas em tempos de pandemia: o lúdico como forma de aproximação entre família e escola. In: ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges (Org.) Nenhum(a) a menos na escola: práticas educativas no cotidiano escolar – antes, durante e pós pandemia. Coleção Nenhum(a) a menos na Escola – Volume 2. Curitiba, Brasil, CRV, 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>. Acesso em: 19 agosto 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). História social da infância no Brasil. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003.

GAROFALO, Débora. O que esperar da educação pós pandemia? Disponível em: < <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/debora-garofalo/2020/05/13/o-que-esperar-daeducacao-pos-pandemia.htm>>. Acesso em 18 de Agosto de 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil: março de 2020. 2020a Disponível em: https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pulso-Covid-19_- Instituto-Peni%CC%81nsula.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

JOYCE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Moreira. ROCHA, Sinara Socorro. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, p. e521974299-e52197429, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299/3757>. Acesso em: 07 abr. 2021.

JOYCE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Moreira. ROCHA. A Educação a distância na era digital: tipologia, variações, uso e possibilidades da educação online. Research, Society and Devekipment. 9 (6): 1-18, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, Ilma Passos. Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996.

KUHLMANN, Moysés Jr. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes de Faria. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MACHADO, Dinamara Pereira. Educação em tempos de Covid-19: Reflexões e narrativas de pais e professores. 1º Ed. Curitiba. Editora Dialética e realidade, 2020.